

PONTO DE VISTA

Há riscos ambientais no Mercosul

Evaristo Eduardo de Miranda

Quais serão os impactos ambientais da implantação do Mercado Comum do Sul (Mercosul)?

Ofuscados pelas conseqüências econômicas desse importante passo de integração regional, os países participantes esqueceram-se de avaliar seu provável impacto ambiental. Seria esse novo mercado uma ameaça para o meio ambiente? Estudos realizados pelo Núcleo de Monitoramento Ambiental (NMA), da Embrapa, tendem a indicar que o Mercosul poderá ser um péssimo negócio para a natureza.

Assinado em março deste ano, o Mercosul está sendo implantado em ritmo acelerado e deverá estar definitivamente concluído até o

final de 1994. Ele promoverá um enorme espaço econômico comum entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e estimulará a complementação de setores específicos da economia de cada um dos países, ampliando a eficiência e a escala de suas atividades produtivas.

Acostumada a tratados mais declaratórios do que efetivos, a opinião pública dos países-membros observa passivamente sua instalação, com exceção do Uruguai. Ali, o Mercosul é objeto de chamadas a cada hora na televisão: "Uma janela para o futuro!" Trata-se de assunto tão popularizado que se pode discuti-lo com qualquer motorista de táxi em Montevidéu.

Entusiasmo à parte, dos quase US\$ 50 bilhões que representa o Mercosul, Brasil e Argentina respondem por 93% desse total. Hoje, das exportações argentinas para o Brasil, cerca de 60% são de produtos agropecuários. Do Brasil para a Argentina, a agricultura representa menos de 8% das exportações. O Mercosul é um grande negócio para o setor industrial e urbano brasileiro.

Para o consumidor brasileiro, o Mercosul também é uma ótima notícia. Haverá expansão comprovada em vários ramos da indústria, crescimento do emprego e uma queda relativa nos preços de determinados produtos, sobretudo na área de alimentos, onde aumentará a oferta e a qualidade. O trigo, a

lã, o leite, os queijos e o vinho argentinos, por exemplo, ganham dos nossos em qualidade e preço.

Isso provocará a expansão e a redução de determinados tipos de agricultura. Essas alterações no uso tradicional das terras acarretarão mudanças ambientais significativas. É provável que o complexo cerealeiro e leiteiro da Argentina expanda sua área tradicional em direção à pampa seca. A intensificação da pecuária nessa região trará graves problemas ambientais, podendo-se assistir até fenômenos de desertificação.

Complexos hortigranjeiros, hoje inexistentes na província uruguaia de Colônia, estão sendo projetados para o abastecimento de Buenos Aires. Novas bacias leiteiras estão sendo planejadas na fronteira com o Brasil. As conseqüências ambientais desses projetos, inéditos nessas regiões em termos de erosão e contaminação de solos e água. Notadamente porque se trata da bacia do rio Uruguai, onde os problemas de uso inadequado das terras já são críticos e a disputa pela água do rio Quarém tem levado a conflitos armados entre agricultores e em torno da nossa fronteira.

Por outro lado, a redução da agricultura pode ser tão nociva ao meio ambiente quanto sua expansão. Estudos preliminares do NMA mostram que a agricultura familiar do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, sobretudo nas regiões serranas, deverá sofrer um impacto muito forte com a abertura dos mercados.

Esses pequenos agricultores, que produ-

zem um pouco de trigo, de frutas de clima temperado, de uva para vinho e de pecuária de leite, tenderão a ser eliminados. A substituição de culturas perenes tradicionais, que protegem o solo em áreas montanhosas, deverá ocorrer em favor de culturas anuais. Também com conseqüências ambientais negativas: um *blend* de erosão e pobreza.

A reconversão dos agricultores e de regiões inteiras está na pauta de vários governos, a exemplo do que aconteceu na Europa com a implantação do Mercado Comum.

Mas ele deveria contemplar a questão ambiental, através de instrumentos de planejamento e ordenação territorial. Mudanças no uso das terras, regressões e expansões progressivas da agricultura deveriam ter seus impactos ambientais monitorados por programas nacionais e multinacionais. A troca de informações deveria ser ampliada, no campo ambiental, entre as instituições governamentais e não governamentais, sobretudo na bacia do Prata e nas áreas de fronteira agrícola do Paraguai e o Centro-Oeste brasileiro.

Grupos de trabalho do governo na área de agricultura estão começando a delinear estratégias para minimizar impactos sócio-econômicos negativos do Mercosul. Quanto aos ambientais, parece que ninguém sequer pensou que possam existir. Aparentemente, nem o Ministério da Integração ou do Mercosul, nem os ambientalistas, nem a Secretaria Nacional de Meio Ambiente; ocupados que andam com a ECO-92, se manifestaram sobre o tema.

Mas no Brasil, às vezes é preferível o silêncio do que ouvir alguém pedir um Rima do Mercosul. Seguindo a velha tradição nacional, parece que será melhor remediar que prevenir. Tomara não cheguemos na fase de ações paliativas para problemas ambientais que se tornarão, sem necessidade, crônicos e permanentes. Quase tudo, em termos de impactos negativos, pode ser evitado a tempo no Mercosul.

Mais que isso. O Mercosul é uma oportunidade para que toda a bacia do Paraná, Paraguai e rio da Prata possa ser planejada – em conjunto – em termos de meio ambiente, a exemplo do que já se faz no campo energético. As legislações ambientais, os padrões de qualidade dos alimentos e o uso de insumos – como anabolizantes e pesticidas – poderão ser baseados no que cada país tem de melhor nesse campo. Urge um planejamento que se traduza em ordenação territorial concertada entre os países-membros e acompanhada por uma rede específica de informação e monitoramento ambiental.

A bacia do Prata pode ser um excelente ponto de partida. Basta começar.

Evaristo Eduardo de Miranda é Doutor em Ecologia, professor da USP e Chefe do Núcleo de Monitoramento Ambiental da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).